



UMA LEITURA ACERCA DA DINÂMICA DA TERRITORIALIDADE E DA DESTERRITORIALIDADE DO COMÉRCIO INFORMAL EM CAMPINA GRANDE

Estefânia Medeiros Sant'Anna; Joyce Kelly dos Santos Ferreira; Robéria Andrade de Araújo Lima; Orientador: Paulo Sérgio Cunha Farias.

*Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
e-mail: fani_santanna@hotmail.com*

Resumo: O presente trabalho faz parte de um estudo de campo realizado na Rua Marquês do Herval em Campina Grande-PB. O intuito da nossa pesquisa foi buscar conhecer e compreender como tem ocorrido o processo de territorialidade e desterritorialidade do comércio informal nesta área. Em meio à crise e precarização no mundo do trabalho, a rua tem se tornado um ponto estratégico para disputas e usos daqueles que tentam tirar dali o seu sustento. Disputas essas que também acarretam conflitos com o poder político, já que o espaço ocupado é público. Desse modo, os diversos tipos de usos da rua pelo ambulante têm ocasionado no local uma territorialidade que constrói na cidade uma nova forma organizacional do trabalho. Nesse sentido, pretendemos fazer uma leitura acerca de como essa territorialidade é construída e como se dá a política de desterritorialidade.

Palavras-chave: Territorialidade, Desterritorialidade, Comércio Informal, Centro, Campina Grande – PB.

1. Introdução

Durante muito tempo o conceito de território estava atrelado a uma concepção uniforme, tal palavra era compreendida em seu sentido estrito apenas como território nacional demarcado e dominado por modelos macro de poder. A ideia tradicional acerca dessa temática remetia a um discurso ideológico que privilegiava o Estado como gestor por excelência do território, sendo assim, o pensamento ficava reduzido para esta designação.

De acordo com Souza (2000), territórios existem nas mais diversas escalas espaciais e temporais e são construídos e desconstruídos em momentos que podem variar desde dias, meses, anos, décadas ou séculos. Portanto, é necessário que saibamos desconstruir a definição tradicional comumente aceita e habitualmente utilizada sobre território já que, na atualidade, ele assume características que passam longe da uniformidade atribuída ao poder que o Estado possui.

Na definição de Souza (2000), o “território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 78). Este conceito assume uma flexibilização categórica e passa a ser entendido em sentido ampliado, isto porque, o território começa a ser visto não como um espaço concreto em si, mas como um campo



de forças na qual as relações de poder que operam sobre este espaço determina um tipo de território.

São essas variações terminológicas abordada por Souza (2000) que nos possibilitou estudar e refletir sobre a temática em questão. Procuramos conhecer e compreender como tem ocorrido o processo de territorialização e desterritorialidade do comércio informal em Campina Grande. Centramos nossa pesquisa num ponto específico da cidade, a Rua Marquês do Herval, por entendermos que o local contempla a presença de vários vendedores ambulantes que se apropriam do espaço público como ponto estratégico para vender seus produtos. Desse modo, persistem em resistir as determinações judiciais e tentam tirar dali o seu sustento.

Quanto à metodologia adotada, o trabalho se pauta em um estudo de caso, pois pretendemos analisar a problemática mais detalhadamente em seu real contexto. A esse respeito Cruz Neto (1994, p. 51) afirma que “o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo”.

A abordagem utilizada na pesquisa apresenta-se de maneira qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994), umas das grandes qualidades em se fazer essa pesquisa é que ela possibilita ao pesquisador uma melhor compreensão daquilo que está sendo pesquisado, pois, ao contrário da pesquisa quantitativa que se preocupa em quantificar quantas vezes um determinado fenômeno ocorreu, a qualitativa busca apresentar o fato em sua riqueza de detalhes fundamentado na sua descrição.

Na coleta dos dados foi realizado entrevistas semi-estruturadas. Optamos por utilizar essa técnica de coleta porque buscamos dar voz aos sujeitos para que discorressem sobre os fatos. Conforme Cruz Neto (1994) “através da entrevista o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais” (p. 57). Desse modo, um diálogo foi estabelecido com os vendedores ambulantes, na qual eles expuseram livremente suas opiniões e situações enfrentadas sem que o foco das informações fosse perdido.

No que compete a estrutura do trabalho, este se encontra dividido em 04 (quatro) partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira tem por finalidade abordar, a partir de um resgate histórico, a formação desse território em Campina Grande nos anos 1980 e 1990. Na segunda parte apresentamos o desenvolvimento da pesquisa. Na terceira e última parte os resultados da pesquisa são descritos e é feita uma exposição de mapas para caracterizar o local estudado.

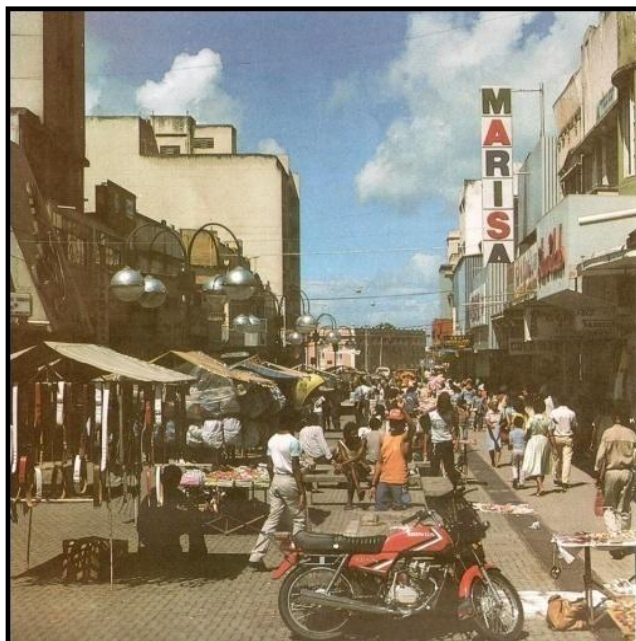


2. Centro de Campina Grande nas décadas de 1980/1990

Segundo Costa (2003) o centro de Campina Grande tinha como principal função o comércio e a rede bancária. Por esse motivo era um local em que a circulação de pessoas ocorria no horário diurno, enquanto à noite a área central ficava praticamente deserta, pois os cinemas, bares e boates que se localizavam nessa área foram fechados. Com isso esse espaço passou a ser territorializado por “funções noturnas de prostituição” (p.67), cujo território passou, na década de 1980 e 1990, a ser disputado para a efetivação dessa ação.

Cada Rua do Centro assumia funções específicas, a exemplo a Rua João Suassuna que se especializou segundo o autor “no comércio de automóveis” (p.67), bem como a Rua João Pessoa que foi se especializando no setor de “lojas de materiais de construção, lojas de ferramentas, madeiras, lojas de aviamentos e no trecho inicial como expansão do setor bancário” (p.67).

Devido à crise do emprego formal no final da década de 1970 refletindo na década de 1980 as ruas do Centro passaram a ser ocupadas pelos camelôs, pois a crise não oferecia outros meios de buscar sobreviver honestamente se não a tentativa de vender produtos em pequena escala. A foto a seguir demonstra esse fato:



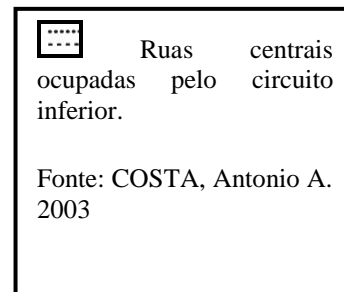
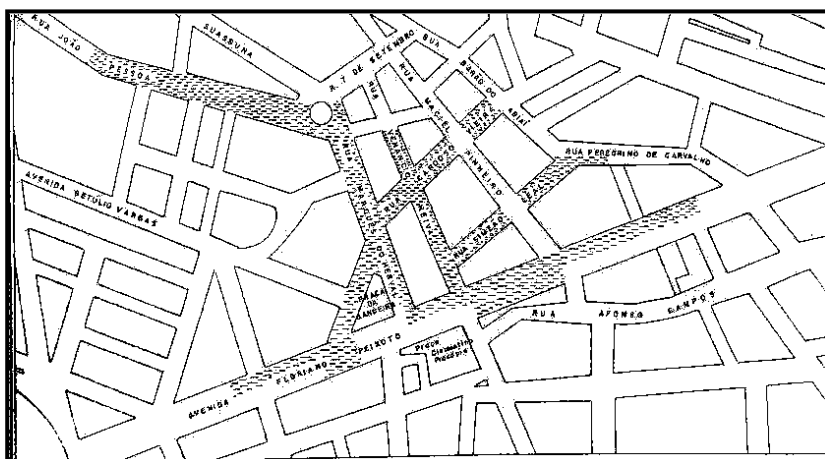
Rua Maciel Pinheiro em Campina Grande-PB

Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande.

O circuito inferior, de acordo com Santos (2004) nada mais é do que atividades de pequena escala, como as dos pequenos comerciantes,

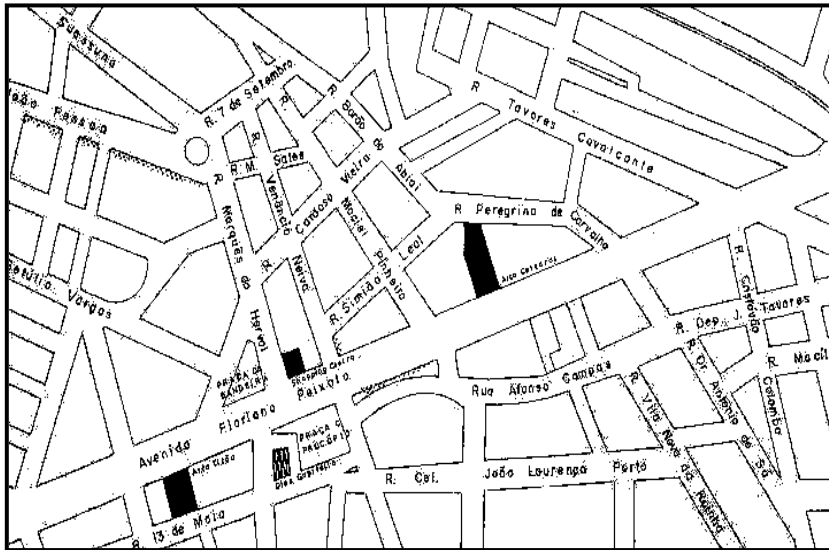


vendedores ambulantes, os quais possuem mercadorias de consumo local e estão voltados para a população mais abastada da sociedade. Tal atividade passou a ocupar as ruas do Centro e se intensificava no período de festas comemorativas, sendo cenário de grande disputa entre os lojistas locais. Ocupavam principalmente a Rua Maciel Pinheiro, mas em 1990 se alastrou por quase todas as ruas da área central, entre elas a Rua Marquês do Herval, como mostra a imagem a seguir. Esse fenômeno não ocorria apenas em Campina Grande, mas também em vários centros urbanos de outras cidades.



Devido a grande proporção que se deu, a Prefeitura buscou formular meios para solucionar tal problema. No final da década de 1990, segundo o Costa (2003), a administração Municipal tinha um projeto de revitalizar a área central, com novas fachadas, padronização de calçadas, pintura, restauração, etc. Além da “construção de áreas específicas para as atividades ‘informais’” (COSTA. 2003. p. 70), a intenção da prefeitura era atrair novos frequentadores e novos negócios, além de uma tentativa de “dinamizar a vida noturna da área” (COSTA. 2003. p.70). Diante essa revitalização a Prefeitura desapropriou algumas áreas do Centro, com o intuito de alocar os ambulantes.

Tais locais como as Arcas e o Shopping Popular podem ser observados na imagem a seguir.



■ Áreas para onde o circuito inferior foi realocado.

Fonte: COSTA, Antonio A. 2003.

Essa retirada dos camelôs da rua, segundo Costa (2003), apesar de ter-se feito negociações, ainda foram necessário à presença de um exército de guardas municipais e da polícia militar. Ou seja, uma verdadeira imposição.

Enquanto aos camelôs que não foram realocados, protestaram sobre a sua desterritorialização, e ocuparam a Rua João Pessoa, sobre disputa entre os demais comerciantes locais. Além disso, outra parcela de ambulantes passa a perambular pelas ruas do Centro com pequenas quantidades de produtos. À noite as ruas passaram a ficar mais movimentadas, devido ao fato dos vendedores de lanches, que passaram a ocupar e territorializar momentaneamente algumas ruas do Centro, em destaque a Marquês do Herval.

3. Desenvolvimento da pesquisa

Para analisar como ocorre a territorialidade e a desterritorialidade do comércio informal presente na Rua Marquês do Herval no município de Campina Grande, partimos para o campo estudado após leituras terem sido realizadas sobre a temática em questão.

O problema a ser investigado se baseou nos seguintes objetivos: analisar como tem ocorrido o comércio informal na Rua Marquês do Herval em Campina Grande – PB; entender como o comércio informal se instala na rua em estudo; verificar como a prefeitura impõe a desterritorialidade e identificar o tipo de território que se instala nessa rua.

Em busca de colher as informações que precisávamos, elaboramos anteriormente um roteiro para a entrevista na qual as perguntas ficaram estabelecidas da seguinte maneira: 1- O que vende? Qual a origem do produto (comprado, feito)?; 2- O que o levou a vender?; 3- Como funciona a venda?; 4- Como se dá a ocupação



do espaço para as vendas?; 5- Tem acordo para decidirem onde cada ambulante fica?; 6- Tem conflitos entre vocês? E entre os vendedores das lojas? E entre a Prefeitura?; 7- Por que não foi para o Shopping Diniz?; 8- Foi um processo seletivo?; 9- Quem decidiu?; 10- Acha que ajudou ou não os camelôs?

Diante disso o estudo foi realizado com sete vendedores do circuito inferior, dos quais encontramos casos de pessoas que ocupam a rua em período que vão desde dois meses a 30 anos.

Como já relatado anteriormente, com vistas à obtenção dos dados foi realizado uma entrevista semi-estruturada, além de realizarmos observação do local na qual será caracterizado através de mapas. Partimos para os locais territorializados pelos ambulantes e ao chegarmos lá identificamo-nos e expomos nossa proposta e finalidades da pesquisa. Posteriormente, convidamos-os para participarem voluntariamente. Após a aceitação dos vendedores do circuito inferior, fomos fazendo perguntas e deixando-os responderem de forma livre. E assim conseguimos recolher todas as informações que tínhamos planejado.

É importante ressaltar que, para evitar qualquer transtorno ou prejuízo, os entrevistados terão suas identidades protegidas, bem como sua localização.

De posse dos dados fornecidos pelos ambulantes, fizemos um levantamento inicial dos dados, separando-os por respostas semelhantes ou relacionadas. Após isto, fizemos a análise dos resultados de acordo com os objetivos do estudo. No tópico a seguir, apresentaremos tais resultados e nossas reflexões acerca dos mesmos.

4. Análise dos resultados

Os dados fornecidos pelos ambulantes apresentaram aspectos muito interessantes que nos possibilitaram refletir sobre a ocorrência da territorialização e desterritorialização que vem ocorrendo na Rua Marquês do Herval.

Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 2000, p. 86).



É com base nessa citação de Souza (2000) que nos inspiramos em realizar uma leitura mais detalhada das expressões territoriais existente nas ruas centrais de Campina Grande. A rua ao se constituir como um espaço físico composto por casas, prédios, escolas, lojas entre outras coisas a sua volta, se configura ao mesmo tempo com um espaço de apropriação por parte daqueles que demarcam e ocupam um lugar, constituindo assim, uma identidade territorial.

Saquet (2007), afirma que território tem duas funções. A primeira está relacionada como forma de abrigo, segurança. Já a segunda função é de servir como um trampolim para oportunidades, ou seja, é um local utilizado como meio de investimento econômico, de trabalho. Sendo assim, afirma o referido autor que o território pode assumir distintos significados para diferentes sociedades ou grupos sociais dominantes.

A apropriação da rua pelo vendedor ambulante, além de gerar um sentimento de pertencimento, haja visto que ele demarca e se apropria do local, tem gerado uma identidade territorial que Souza (2000) configura “mais propriamente como funcional que afetiva” (p. 88). Na maioria das vezes essa apropriação do espaço é marcada por conflituosos enfrentamentos entre aqueles que disputam o território.

no começo foi difícil mesmo [...] existia conflitos com os outros [vendedores] ninguém queria ceder espaço pra gente não [...] a prefeitura bate em cima mesmo de quem é novato. [...] levaram várias vezes minha mercadoria [prefeitura]. Mas quando aluguei esse ponto aqui ficou tudo bem. [...] sabe como é né, gente grande consegue tudo [referente ao dono da loja da qual alugou a frente do espaço] (Vendedora de doces, 1 ano no local, Rua Marquês do Herval).

Observamos que a tentativa de assegurar um pedaço estratégico da cidade pelos ambulantes tem se configurado em táticas que garantam a sua territorialidade no local. Desse modo recorrem a práticas como pagar para ficar naquele “ponto específico” da cidade. Ainda assim, existem aqueles que após anos conseguem dos órgãos competentes o estabelecimento no local.

Estou aqui porque tenho um alvará que estabelece meu ponto [...] isso aqui pertence a minha família a mais de 30 anos [...] foi a prefeitura que nos cadastrou aqui antigamente [...] então não têm conflito com as lojas não [...] sabem que tenho autorização. (vendedor de revistas e lanches, 30 anos no ponto).



Foi constatado que alguns pontos da Rua Marquês do Herval, o poder público estabelece meios, como a guarda municipal, para proibir que os ambulantes ocupem os espaços. Desse mesmo modo, medidas como leis municipais são adotadas para impedir qualquer tipo de territorialidade nas calçadas do centro. Empresários lojistas também se sentem prejudicados com o comércio informal durante o dia, devido a concorrência nas vendas, decidem alugar parte da calçada da sua loja apenas para camelôs que comercializam produtos diferentes dos seus. Após o fechamento das lojas, as calçadas da rua campo de estudo, à noite, são territorializadas por outros vendedores que ocupam os espaços sem que haja problemas com a Prefeitura e os lojistas.

nós não pode ocupar as praças, nem o calçadão [...]. A prefeitura não deixa [...] vem logo os caras em cima pra tirar [guardas municipais]. Só depois da 17:30 que pode, aí vem os homens vender de noite [CD, DVD e lanches].

preciso sustentar minha família [...] sou aposentado e não dá pra nada [salário]. Então pra não arrumar confusão [com a prefeitura e lojas] fico só andando por aqui [Rua Marquês do Herval] (Vendedor de vassouras, aposentado).

De um modo geral, a coleta dos dados nos possibilitou enxergar que a condição de trabalho dos ambulantes envolve riscos, limites, conflitos e disputas. A territorialidade da rua pelo circuito inferior possibilita que eles retirem dali o seu sustendo, visto que o desemprego e o pouco salário, no caso a aposentadoria, é o que fazem eles ocuparem tal espaço. Em todas as 07 (falas) analisadas percebemos que é a necessidade de sobrevivência que os fazem recorrer ao espaço público. Mas, percebemos também em uma das falas que o gosto em trabalhar ali por conta própria, retoma a um sentimento de satisfação pelo território ocupado.

aqui pago aluguel, mas também posso ficar até que horas quero [...] já recebi outras propostas de emprego, mas não aceitei [...] chego e saio a hora que quero, não preciso dar satisfação a ninguém [com relação à patrão de lojas] [...] tiro até um dinheiro melhor [com relação ao salário mínimo] (Vendedora de doces, 1 ano na rua).



O processo de territorialização e desterritorialização na Rua Marquês do Herval, espaço territorial delimitado nesse estudo possui características cíclica haja vista que no local existe uma variação de ocupação. Durante o dia o espaço assume ocupação de vendedores de lanches, doces, revistas, eletrônicos, castanhas, vassouras, panos de pratos, sorvetes, meias e chips de celulares. Já durante a noite, a rua é tomada por outro tipo de vendedores, mais especificamente após as 17h30min, quando pessoas ocupam as calçadas para venderem CDs, DVDs e lanches, sendo assim o espaço territorializado por outras pessoas do circuito inferior.

Esse processo de territorialização e desterritorialização ocorre devido o local se apresentar como um ponto atrativo, já que diariamente pessoas circulam a todo instante, como alunos que estudam próximo, pessoas que vão ao centro comprar produtos, jovens e idosos que marcam encontro na praça, seja pra conversar ou jogar baralho, dama ou dominó. Além disso, o espaço da rua campo de pesquisa, contempla paradas de ônibus, onde as pessoas esperam ali o transporte para se deslocar de um lugar a outro.

Outro aspecto que nos chamou atenção foi à política de desterritorialidade imposta pela prefeitura, durante o dia o poder é imposto, havendo a determinação de não ocuparem as calçadas. Os vendedores que se apresentam ali há mais tempo, como a mais de 30 anos, possuem alvará de liberação da prefeitura municipal para ocupar o espaço formalmente.

O deslocamento do circuito inferior para o Shopping Edson Diniz, Arca Titão e Arca Catedral se configura também como uma política de desterritorialidade da prefeitura. Porém, nem todos os ambulantes que ocupavam as calçadas do centro de Campina Grande foram contemplados pelo poder público, isto porque, ocorreu uma definição de quem poderia ocupar tais espaços. Desse modo, a permanência dos ambulantes nas ruas da cidade, comercializando seus produtos, configura a estas ainda relações sociais diariamente de territorialidade dos espaços por ambulantes que precisam tirar dali seu sustento.

Para melhor visualização dos pontos do circuito inferior que ainda se encontram na Rua Marquês do Herval, demarcamos um mapa.

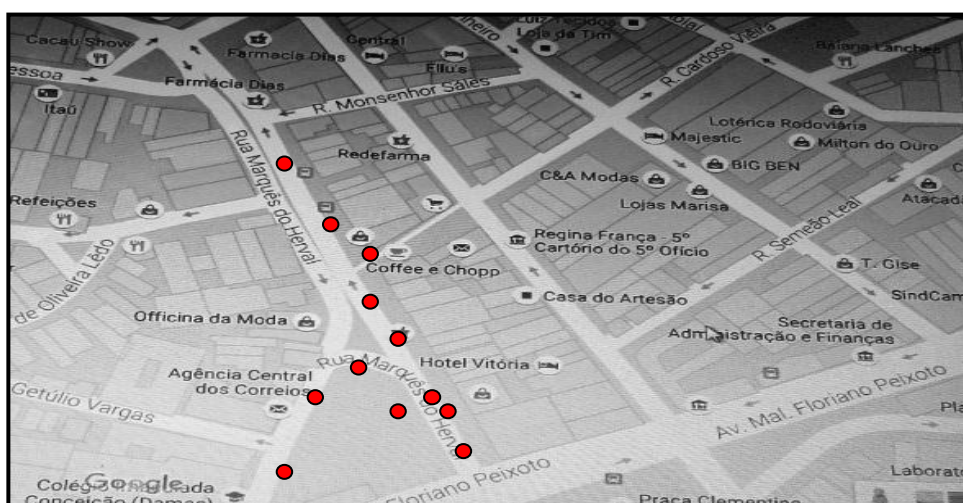


● Pontos fixos dos vendedores do circuito inferior

Fonte: Google Maps
Desenho: Joyce Kelly dos Santos Ferreira
Campina Grande, out./ 2016

No mapa podemos observar que os vendedores do circuito inferior durante o dia, eles possuem sua própria territorialidade, seus pontos afixados e definidos em um determinado espaço da Rua Marquês do Herval. É importante destacar que existem dois pontos que estão próximos, porém não há conflitos, porque vendem mercadorias distintas. Vale ainda ressaltar que foram entrevistados sete vendedores informais, e que apenas um deles não possui um ponto fixo, e, portanto não foi demarcado no mapa acima demonstrado.

O mapa a seguir demonstra agora como a Rua Marquês do Herval fica ocupada durante a noite.



● Pontos fixos dos vendedores do circuito inferior a partir das 17h30min.

Fonte: Google Maps
Desenho: Joyce Kelly dos Santos Ferreira
Campina Grande, out./ 2016



A partir das 17h30min. a rua passa a ser territorializada por outros vendedores que ocupam as calçadas da Marquês do Herval para comercializar CDs e DVDs e para vender lanches. Esse espaço se torna durante a noite ponto também atrativo nesse horário, pois muitas pessoas estão saindo do trabalho e também estudantes universitários e de cursos profissionalizantes chegam ao centro da cidade para estudar.

5. Considerações Finais

Considerando os estudos realizados a cerca da territorialização e desterritorialização do comércio informal de Campina Grande, em específico na Rua Marquês do Herval, podemos confirmar que existem relações de força e dominação para que os trabalhadores instalados nessa área mantenham seu comércio.

Vimos que para que essas pessoas se instalem nas calçadas é necessário possuir uma autorização da prefeitura do município, pois do contrário eles podem ser penalizados perdendo toda sua mercadoria. Outros optam por pedir autorização às lojas ou pagam aluguel às mesmas para manter seu comércio na área.

Toda essa articulação do comércio informal consiste na resistência dos trabalhadores em busca do sustento de suas famílias e que por falta de trabalho formal optam por este meio. Ao mesmo tempo, também constatamos que essa resistência vai além da necessidade financeira, pois os comerciantes acabam se adaptando a esse modo de comercializar e preferindo permanecer com as condições de trabalho nos quais se encontram, não por falta de opção, mas porque acabam se sentindo pertencentes ao local onde se instalam.

Em suma, é notório que essa organização informal do trabalho no município de Campina Grande ocasiona conflitos com os lojistas, visto que gera competitividade com os produtos vendidos, exceto no horário em que estas não funcionam.

Souza (2000) estava correto ao afirmar que territórios podem “formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido [...] ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos” (p. 87). Para tanto, concluímos nosso trabalho com a certeza de que todos os objetivos foram alcançados sobre conhecer e compreender a dinâmica de territorialidade e desterritorialidade do comércio informal em Campina Grande – PB. Adquirimos não apenas o conhecimento acerca desse processo, mas também uma leitura diferenciada da forma de organização de trabalho existente, onde a precarização deste, faz as



pessoas recorrerem às ruas como meio de retirarem dali a sua sobrevivência.

6. Referências

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto editora. 1994. p. 47-139.

COSTA, Antonio A. As três últimas décadas de reorganização do espaço campinense. In:_____ **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo.** Recife. 2003. p. 53-94

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação.** Vozes: Petrópolis, RJ. 1994. p. 51-67.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos.** 2º ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SAQUET, Marcos A. As relações de poder e os significados do conceito de território. In:_____ **Abordagens e concepções sobre o território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 27-35

SAQUET, Marcos A. O conceito de território: movimento, processualidades e multiescalaridades. In:_____ **Abordagens e concepções sobre o território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.p. 53-74

SOUZA, Marcelo L. Território e (des)territorialização. In:_____ **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p.77-110